



CONGRESSO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO: UMA AGENDA URGENTE

Brasília, 13 a 16 de setembro de 2011



TODOS PELA EDUCAÇÃO

Congresso Internacional "Educação: uma Agenda Urgente"

Patrocinadores


Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Fundação Educar DPaschoal
Fundação Itaú Social
Fundação Lemann
Instituto Gerdau
Instituto Natura
Instituto Unibanco
Itaú BBA

Apoio Institucional

Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)
Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)

Apoio

Agência Tudo
Canal Futura
Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Conselho Nacional de Educação (CNE)
DM9DDB



Boas-vindas

O Congresso Internacional "Educação: Uma Agenda Urgente" é realizado pelo movimento Todos Pela Educação em parceria com instituições importantes para a Educação e tem como objetivo colaborar para a formulação de estratégias que garantam o direito à Educação de qualidade para todos. Este evento é parte de um amplo processo, que contou com reuniões preparatórias em espaços de discussão ricos em opiniões e pontos de vista.

Afinal, Educação de qualidade é, acima de tudo, um direito dos brasileiros e, se desejamos que nosso País se torne um exemplo de democracia, de desenvolvimento econômico sustentável e de justiça social, precisamos abraçar, todos nós, essa causa.

Apesar de a Educação ter alcançado relevância nacional, ainda não é tratada com a devida urgência. Ainda que tenhamos avançado nos últimos anos, há desafios imensos a serem enfrentados e resolvidos: cerca de 3,7 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola; apenas metade das crianças chegam ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental com as habilidades esperadas em leitura, escrita e matemática; somente 50% dos jovens de 19 anos têm o Ensino Médio concluído; dos que concluem a Educação Básica, apenas 29% têm o aprendizado adequado em língua portuguesa e 11% em matemática.

Sabemos que os desafios para garantir a Educação de qualidade para todos exigem esforços contínuos e articulados, tanto dos governos, que detêm a responsabilidade constitucional, quanto dos especialistas, dos acadêmicos, da iniciativa privada, da mídia e da sociedade civil.

Por tudo isso, sua participação é fundamental!

Jorge Gerdau Johannpeter

Presidente do Conselho de Governança
do Todos Pela Educação



Equipe Todos Pela Educação

Conselho de Governança

Jorge Gerdau Johannpeter - Presidente
Ana Maria dos Santos Diniz
Antônio Jacinto Matias
Beatriz Bier Johannpeter
Cesar Callegari
Daniel Feffer
Danilo Santos de Miranda
Denise Aguiar Alvarez
Fábio Colletti Barbosa
Gustavo Ioschpe
José Francisco Soares
José Paulo Soares Martins
José Roberto Marinho
Luís Paulo Montenegro
Luís Norberto Pascoal
Maria Lucia Meirelles Reis
Milú Egdio Villela
Mozart Neves Ramos
Ricardo Young
Viviane Senna
Wanda Engel Aduan

Comissão Técnica

Viviane Senna - Coordenadora
Célio da Cunha
Claudio de Moura Castro
Claudia Costin
Creso Franco
Gustavo Ioschpe
José Francisco Soares
Marcelo Neri
Maria Auxiliadora Seabra Rezende
Maria Helena Guimarães de Castro
Mariza Abreu
Nilma Fontanive
Raquel Teixeira
Reynaldo Fernandes
Ricardo Chaves Martins
Ricardo Paes de Barros
Ruben Klein

Equipe Executiva

Priscila Cruz - Diretora
Andrea Bergamaschi
Camilla Salmazi
Carolina Carvalho Fernandes
Carolina Vilaverde Ruta Lopes
Diana Santana Gomes Lima
Paula Reis Kasmirski
Renata Venaglia
Simone Harnik
Thales Ambrosini
Yuri Camara Batista



TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br

Sobre o Todos Pela Educação

O Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil, fundado em 2006, com a missão de contribuir para a garantia do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade no Brasil. Esse grande objetivo, com prazo de cumprimento até 2022, ano do Bicentenário da Independência, foi traduzido em 5 Metas:

- ▶ **Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola**
- ▶ **Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos**
- ▶ **Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado à sua série**
- ▶ **Meta 4: Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos**
- ▶ **Meta 5: Investimento em Educação ampliado e bem gerido**

Desde 2010, o movimento passou a atuar com base em 5 Bandeiras, as mais urgentes para a melhoria da qualidade da Educação:

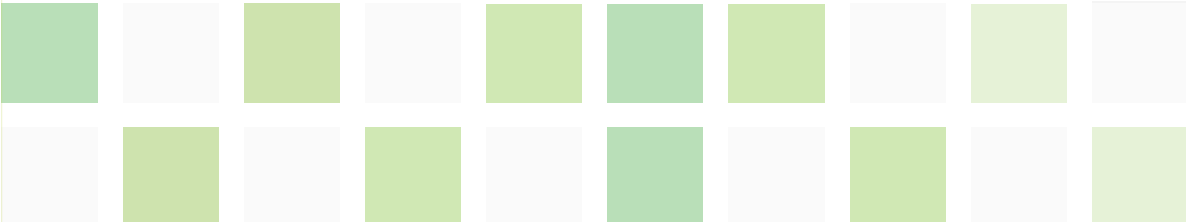
- ▶ **Bandeira 1: Formação e carreira do professor**
- ▶ **Bandeira 2: Definição das expectativas de aprendizagem**
- ▶ **Bandeira 3: Uso relevante das avaliações externas na gestão educacional**
- ▶ **Bandeira 4: Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação**
- ▶ **Bandeira 5: Ampliação da exposição dos alunos à aprendizagem**

O Todos Pela Educação atua com a crença de que, diante da dimensão do desafio e do déficit histórico da Educação no Brasil, apenas a ação dos governos não será suficiente. A participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais, é fundamental para promover o salto de qualidade de que a Educação Básica brasileira necessita.

Índice

Boas-vindas	1
Equipe do Todos Pela Educação	2
Sobre o Todos Pela Educação	3
Sobre o Congresso	5
Instituições participantes	6
Programação	8
Sobre as Sessões	9
Sessão 1 – Justiça pela qualidade da Educação	10
Sessão 2 – Regime de colaboração	12
Sessão 3 – Definição das expectativas de aprendizagem	15
Sessão 4 – Formação inicial do professor	18
Sessão 5 – Carreira do professor	21
Sessão 6 – Avaliações externas e seu uso na gestão educacional	24
Sessão 7 – Ampliação da jornada na perspectiva da Educação integral	26
Sessão 8 – Equidade e Inclusão	28
Sessão especial – Movimentos pela Educação na América Latina	31

Sobre o Congresso



O Congresso Internacional "Educação: uma Agenda Urgente" reúne líderes e especialistas dos diversos segmentos da Educação e tem o objetivo de contribuir para que a Educação seja a prioridade das prioridades no Brasil. Afinal, a escola de qualidade para todos é um direito e uma das estratégias mais eficazes para combater a pobreza e reduzir a desigualdade social.

Aqui você vai encontrar informações sobre o Congresso e sobre o trabalho que vem sendo conduzido pelo movimento Todos Pela Educação e por seus parceiros desde o início do ano para a realização deste evento.

O Todos Pela Educação conta com instituições parceiras para cada sessão. São elas: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Educação (MEC), Organização

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Para que pudéssemos chegar a este encontro com aprofundamento nas discussões, foram realizadas, de junho a agosto, reuniões preparatórias. Nelas, diversos atores envolvidos com os temas indicaram propostas para a melhoria da Educação em suas áreas de atuação.

Os pontos de convergência serão apresentados e debatidos em cada uma das sessões. Nas páginas seguintes está a lista de instituições presentes nos encontros anteriores ao Congresso.

Ao fim do Congresso espera-se a consolidação de um documento com os resultados das discussões, a ser apresentado à sociedade, ao MEC e à Presidência da República.

A realização deste Congresso só foi possível graças ao apoio dos parceiros e dos patrocinadores.

A eles, o nosso sincero agradecimento.

Instituições Participantes

Conheça aqui as instituições que participaram das reuniões preparatórias para o Congresso Internacional "Educação: uma Agenda Urgente":

Ação Educativa

Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP)

Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)

Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE-SC)

Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP)

Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE-AM)

Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE-RS)

Conselho Nacional de Educação (CNE)

Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Escola Brasileira de Professores (Ebrap)

Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

Fundação Carlos Chagas (FCC)

Fundação Cesgranrio

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Fundação Itaú Social

Fundação Jaime Câmara

Fundação Lemann

Fundação Roberto Marinho

Fundação Telefônica

Fundação Víctor Civita (FVC)

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

Instituto Ayrton Senna (IAS)

Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc-Onda)

Instituto Desiderata

Instituto Ecofuturo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Instituto Paulo Montenegro (IPM), do Ibope

Instituto Rodrigo Mendes (IRM)

Instituto Unibanco

Instituto Votorantim

Itaú BBA
Mathema Formação e Pesquisa
Ministério da Educação (MEC)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Ministério Público de São Paulo
Observatório das Favelas
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)
Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)
Parceiros da Educação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
Prefeitura de Florianópolis
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP)
Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEE-GO)
Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (Seduc-TO)
Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC)
Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Paraíba (Seec-PB)
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT)
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS)
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)
Secretaria Municipal de Educação de Betim-MG
Secretaria Municipal de Educação de Cariacica-ES
Secretaria Municipal de Educação de Manaus-AM
Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul-SP
Serviço Social do Comércio (Sesc)
Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural (Afrobras)
Sociedade Brasileira de Educação em Matemática (SBEM)
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS)
TV Cultura
União Marista
União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - São Paulo (Uncme-SP)
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)
Universidade Católica de Brasília (UCB)
Universidade de Brasília (UnB)
Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Programação

O Congresso está organizado em nove sessões temáticas. A cerimônia de abertura acontece no Brasília Palace Hotel e as sessões de trabalho no Conselho Nacional de Educação (CNE).

Terça-feira, 13

10h Abertura – Brasília Palace Hotel

14h Sessão 1 – Justiça pela qualidade da Educação

Parceiro: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP)

16h30 Sessão 2 – Regime de colaboração

Parceiro: Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

Quarta-feira, 14

10h Sessão 3 – Definição das expectativas de aprendizagem

Parceiro: Conselho Nacional de Educação (CNE)

14h Sessão 4 – Formação inicial do professor

Parceiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

16h30 Sessão 5 – Carreira do professor

Parceiro: Ministério da Educação (MEC)

Quinta-feira, 15

10h Sessão 6 – Avaliações externas e seu uso na gestão educacional

Parceiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

14h Sessão 7 – Ampliação da jornada na perspectiva da Educação Integral

Parceiro: Organização de Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

16h30 Sessão 8 – Equidade e inclusão

Parceiro: Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

Sexta-feira, 16

10h Sessão Especial – Movimentos pela Educação na América Latina

Parceiro: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Sobre as Sessões

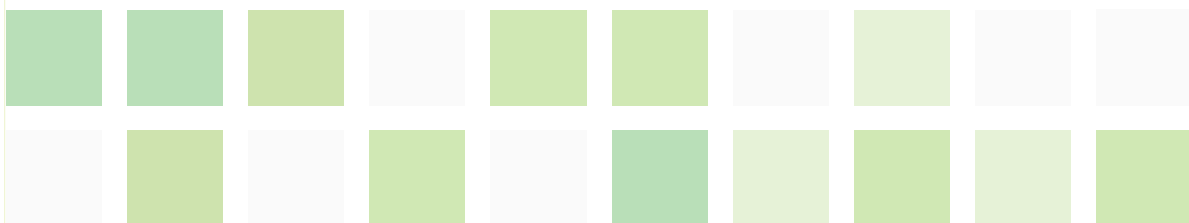
Os temas das oito primeiras sessões do Congresso Internacional "Educação: uma Agenda Urgente" foram definidos a partir do momento do debate educacional no País e das 5 Bandeiras do Todos Pela Educação, com o objetivo de impulsionar ações já em curso em diversos setores e esferas de governo.

A sessão especial vai reunir movimentos e organizações da sociedade civil da América Latina que trabalham pela melhoria pela qualidade de Educação em seus países, para troca de experiências e lançamento de uma rede de mobilização regional.

Os temas estão intimamente relacionados. Carreira do magistério atraente e professores bem formados; definição das expectativas de aprendizagem articulada com a avaliação externa e com a formação inicial e continuada dos professores; gestão educacional em ambiente de cooperação entre os entes federativos e entre os três poderes; a importância da equidade e da Educação como direito; a necessidade de se ampliar a jornada e seus impactos na organização das redes e tempos escolares.

As razões que explicam como os países que conseguiram elevar o patamar de sua Educação pública são muito particulares, mas há algo em comum: todos eles colocaram a Educação como prioridade nacional e agenda urgente. Este é, de fato, um grande desafio para o Brasil melhorar a Educação Básica para todos e com mais equidade.

Temos muito trabalho pela frente. Mãos à obra.



1

SESSÃO 1

JUSTIÇA PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Organizada em parceria com a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), a sessão tem por objetivo debater as necessidades do sistema de justiça brasileiro para oferecer aos operadores do Direito os instrumentos que lhes possibilitem garantir que as políticas educacionais sejam cumpridas.

Quando	Terça-feira (13), às 14h
Abertura	Helen Sanches, presidente da ABMP
Moderador	Cesar Callegari, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA), diretor de Operações do Serviço Social da Indústria (Sesi) de São Paulo e membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação

► DEBATEDORES CONVIDADOS

Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), CNE, Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE-SP), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Católica de Brasília (UCB), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cátedra Unesco de Direito à Educação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, parlamentares, educadores, consultores em Educação e organizações sociais privadas que investem em Educação.

► PRINCÍPIOS

A articulação entre a Justiça e a Educação é fundamental para alcançarmos as metas de acesso, permanência, sucesso e conclusão do ensino básico.

Se a Educação é um direito, ela deve ser garantida para todos com qualidade e equidade e seus resultados precisam ser transparentes, para que a população possa acompanhá-los. Nesse cenário, o sistema de Justiça tem o papel de reduzir as lacunas entre o ideal de Educação e a oferta real.

Assim, é fundamental o engajamento dos operadores do direito – magistrados, procuradores, promotores de Justiça, defensores públicos e advogados – na efetivação das leis relativas à Educação, incluindo sua interface com a legislação sobre os direitos da criança e do adolescente.

► DESAFIOS

Hoje, no País, há uma multiplicidade de normas que regem o funcionamento da Educação. Daí, surgem duas necessidades imediatas: o engajamento de juízes, defensores públicos e promotores de Justiça; e a formação desses profissionais para a atuação em defesa e promoção dos direitos relativos à Educação.

Existe ainda o desafio de qualificar a demanda da sociedade, organizando-a no contexto dos direitos fundamentais de proteção à criança e ao adolescente.

► ALGUMAS PROPOSTAS

Mobilização dos profissionais do sistema de Justiça e momentos de formação, presencial ou a distância, são algumas das estratégias que precisam ser conjugadas para que se estabeleça um novo contexto de atuação dos operadores do direito, de forma a dar mais eficácia aos processos jurídicos relacionados à garantia do direito à Educação de qualidade.

Também é necessário promover mais parcerias e articulação entre os operadores do direito e os agentes da Educação – governos, secretarias, conselhos nacional, estaduais e municipais de Educação, escolas e famílias – para potencializar os resultados das ações de ambos.

Além da mobilização e da formação dos operadores, também é importante que a sociedade tenha mais clareza sobre os seus direitos relativos à Educação, a fim de atuar como forte demandante por Educação de qualidade.

2

SESSÃO 2

REGIME DE COLABORAÇÃO

Esta sessão é realizada em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Nela, serão discutidas propostas para o aperfeiçoamento do regime de colaboração no País.

Quando	Terça-feira (13), às 16h30
Abertura	Maria Nilene Badeca da Costa, presidente do Consed e secretária de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul; e Cleuza Repulho, presidente da Undime e secretária municipal de Educação de São Bernardo do Campo
Convidada internacional	Aída Arango, consultora do Instituto Internacional de Planejamento de Educação na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – sede regional Buenos Aires, e consultora da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)
Moderador	Ricardo Young, membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação

► DEBATEDORES CONVIDADOS

Ministério da Educação (MEC), Consed, Undime, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE-RS), Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Católica de Brasília (UCB), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, parlamentares, educadores, consultores em Educação e organizações sociais privadas que investem em Educação.

► PRINCÍPIOS

O federalismo é uma forma de organização que combina autonomia e interdependência dos entes federativos (União, Distrito Federal, estados e municípios). Seu objetivo é a divisão de responsabilidades governamentais que, no caso da Educação, são a oferta de ensino de qualidade para todos, independentemente da rede onde o aluno está matriculado. Afinal de contas, não há aluno federal, estadual ou municipal.

No entanto, estamos distantes de assegurar o princípio de igualdade de oportunidades, que é inerente ao direito à Educação. Para atingirmos os grandes objetivos do Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 – o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho – será necessária ampla parceria, cooperação e colaboração.

► DESAFIOS

A Constituição Federal de 1988 definiu a base do Estado federativo brasileiro a partir de uma divisão de competências, sejam elas privativas, concorrentes ou suplementares entre os entes federados. No entanto, ela é imprecisa quanto ao regime de colaboração, ou seja, como União, estados e municípios cooperam entre si.

No Brasil, há superposição de atribuições e de competências, e não fica clara a responsabilidade de cada ente federativo na oferta dos serviços públicos de Educação. Além disso, há grande desequilíbrio no financiamento, e os que deveriam cooperar, acabam por competir por recursos. Duas consequências imediatas são a descontinuidade das políticas e a falta de foco na qualidade do ensino.

É necessário, portanto, respondermos às seguintes questões:

- Qual o regime de colaboração necessário para a gestão das políticas educacionais que atenda ao País?
- Quais as responsabilidades de cada ente?
- Quais os mecanismos concretos de colaboração entre os entes federativos?
- Quais são os recursos necessários e como deve ser feita sua distribuição?
- Que responsabilização é possível atribuir aos gestores?

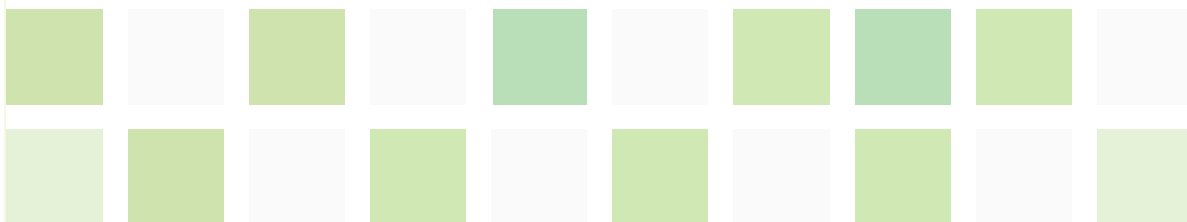
▶ ALGUMAS PROPOSTAS

É necessário direcionar o foco da gestão pública para o aluno, não para os processos administrativos da oferta educacional, uma vez que a administração de uma rede não é um fim em si mesma, mas parte importante no processo de ensino-aprendizagem. Também é importante que os gestores tenham uma visão sistêmica do processo educacional, com prioridade absoluta ao direito de aprender das crianças e jovens e atuando de forma colaborativa com os demais responsáveis pela oferta de Educação.

Além disso, é fundamental a existência de mecanismos concretos, compulsórios e definidos por lei para efetivar o regime de colaboração entre as esferas de governo. Uma sugestão é a criação de um fórum nacional com a participação de representantes da União, dos estados e dos municípios, com atuação permanente na articulação das políticas públicas de Educação.

Para combater a falta de diagnóstico claro sobre o que avançou no regime de colaboração, é importante que se faça o levantamento de experiências em um inventário de boas práticas com resultados avaliados.

Por fim, para tornar a distribuição de recursos um contexto de colaboração e não de competição, é necessária uma política de financiamento da Educação que estimule a cooperação entre os entes federativos.



3

SESSÃO 3

DEFINIÇÃO DAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

Esta sessão, realizada em parceria com o Conselho Nacional de Educação (CNE), pretende fomentar o debate sobre os desafios e as oportunidades que a definição de expectativas de aprendizagem pode oferecer às demais políticas relacionadas à Educação Básica.

Quando	Quarta-feira (14), às 10h
Abertura	Francisco Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE
Convidado internacional	Fernando Reimers, professor de Educação Internacional da Fundação Ford e diretor do Programa de Política Educacional Internacional da Faculdade de Educação da Universidade Harvard
Moderadora	Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna e membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação

► DEBATEDORES CONVIDADOS

Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), CNE, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE-RS), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), Sociedade Brasileira de Educação em Matemática (SBEM), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Católica de Brasília (UCB), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fundação Cesgranrio, Fundação Carlos Chagas, Ação Educativa, Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, parlamentares, educadores, consultores em Educação, institutos de pesquisas e avaliações educacionais e organizações sociais privadas que investem em Educação.

▶ PRINCÍPIOS

A definição das expectativas de aprendizagem no Ensino Fundamental está prevista em lei. Segundo o Artigo 210 da Constituição Federal de 1988: “Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

As expectativas básicas de aprendizagem não são todo o programa que os estudantes devem aprender, mas a parte que é comum a todos os alunos – a unidade na diversidade –, complementadas com os aspectos culturais da região em que a instituição de ensino está inserida e as aprendizagens não cognitivas necessárias à vida em sociedade e ao mundo do trabalho.

A definição das expectativas de aprendizagem é um elemento norteador para a formação dos professores, o planejamento das atividades letivas, a formulação dos materiais didáticos e as avaliações externas de aprendizagem. Além disso, constituem um parâmetro concreto para as famílias e a sociedade acompanharem a Educação dos alunos brasileiros.

▶ DESAFIOS

Uma vez que as expectativas de aprendizagem constituem o núcleo básico e comum a todos os alunos em todas as redes e regiões do País, o primeiro e maior desafio é chegar a uma ampla convergência sobre quais são os conteúdos e habilidades esperados em cada etapa do ensino.

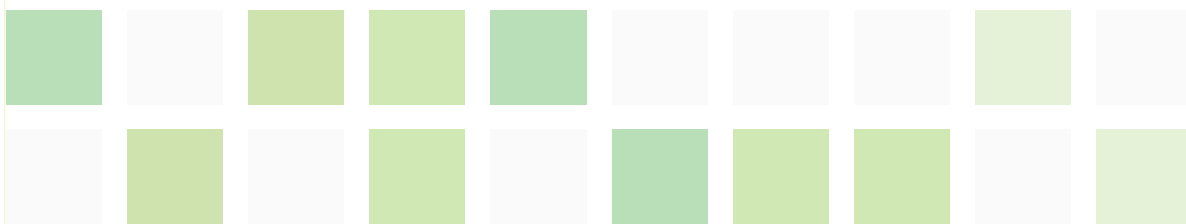
Com esta definição, o passo seguinte é reorientar todo o sistema educacional, o que deve provocar mudanças na formação inicial e continuada de professores, no conteúdo dos livros didáticos, nas avaliações diagnósticas, na tradução dos resultados das avaliações em ações pedagógicas, na gestão pedagógica das escolas.

▶ ALGUMAS PROPOSTAS

A definição das expectativas de aprendizagem é estratégia do Plano Nacional de Educação (PNE) e está sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Para que haja definição, o primeiro passo é o esclarecimento do significado da expressão “expectativas de aprendizagem”. Há que ficar claro que elas constituem somente um núcleo básico de conhecimentos, e não a totalidade do que deve ser aprendido.

Também deverá ser promovido o entendimento de que a definição dessas expectativas não implica o fim da autonomia da escola e das redes nem desrespeita a diversidade existente no País e nos contextos escolares. Com a ciência delas, os professores podem planejar conteúdos para complementação do núcleo básico.

Após a definição desse núcleo comum de aprendizagem, será necessária a mobilização por recursos para a efetivação dessa política pública, levando em conta seus desdobramentos na formulação de materiais didáticos, na formação de professores, na carreira do magistério.



4

SESSÃO 4 FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR

Esta sessão, realizada em parceria com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), vai debater os modelos de formação inicial docente e as oportunidades de mudança para que os professores estejam mais bem preparados para garantir a aprendizagem das crianças e jovens da sociedade atual.

Quando	Quarta-feira (14), às 14h
Abertura	Isaac Roitman, coordenador do Grupo de Trabalho de Educação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Moderador	Mozart Neves Ramos, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho de Governança do Todos Pela Educação

► DEBATEDORES CONVIDADOS

Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), CNE, Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE-RS), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Fundação Cesgranrio, Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), União Nacional dos Estudantes (UNE), Fundação Carlos Chagas (FCC), Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, parlamentares, educadores, consultores, institutos de pesquisas e avaliações educacionais e organizações sociais privadas que investem em Educação.

► PRINCÍPIOS

Não há Educação de qualidade sem bons professores. Para termos os melhores professores em sala de aula, duas políticas precisam estar articuladas: carreira atrativa aos profissionais da Educação e formação adequada frente aos desafios atuais.

A formação inicial do professor deve ter foco na aprendizagem de todos os alunos e, para isso, precisa assegurar ao futuro docente o domínio das habilidades que deverão ser consolidadas pelos alunos e as técnicas de didática (o quê e como ensinar). Sem que o Ensino Superior tenha um diálogo estreito com a Educação Básica, a fim de oferecer respostas às necessidades das crianças e jovens da escola, dificilmente teremos como avançar.

Um princípio que deve reger os debates sobre a formação de professores é o de que toda criança pode aprender, embora o tempo e a forma para isso possam ser muito distintos.

► DESAFIOS

Com a expansão das redes de ensino e o conseqüente aumento da demanda por docentes, a formação inicial dos professores não tem atendido ao desafio de garantir que todas as crianças aprendam.

O primeiro ponto a ser debatido é a carreira docente, que não tem atraído os melhores alunos da Educação Básica, por diversos fatores: falta de prestígio, salários baixos, falta de condições adequadas para o trabalho e de progressão atrativa na trajetória profissional. Muitos dos que buscam a carreira não tiveram Ensino Fundamental e Médio de qualidade e acabam enfrentando, no Ensino Superior, dificuldades que levam à evasão dos cursos de licenciatura. Entre os que concluem a faculdade, há diferentes níveis de preparo para lidar com a complexa realidade escolar.

Os conteúdos a serem ensinados na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, muitas vezes, não estão consolidados entre os futuros professores. Outro obstáculo de relevo é a falta de integração dos centros formadores de docentes às necessidades da prática letiva. Métodos antiquados na formação, que não contam, por exemplo, com o uso das novas tecnologias de informação, e falta de proximidade com a didática são apenas alguns dos exemplos de descompasso entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

É preciso alterar os currículos nessas instituições formadoras, aumentando o peso das disciplinas que propiciam o desenvolvimento de habilidades profissionais específicas para a atuação nas escolas e nas salas de aula.

As universidades, por sua vez, valorizam mais o bacharelado em detrimento das licenciaturas. Este desprestígio se reflete nos organismos de fomento à pesquisa, e os investimentos em pesquisas sobre práticas na sala de aula são escassos.

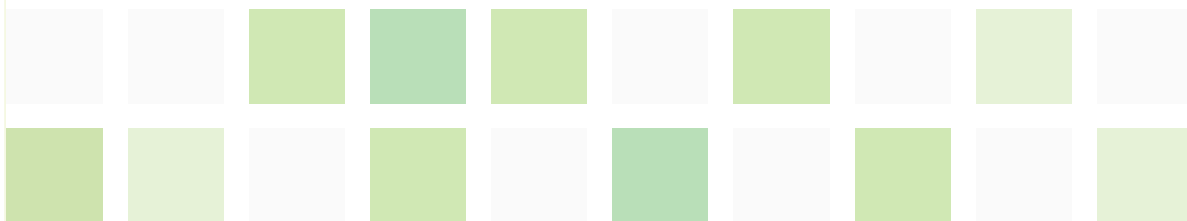
▶ ALGUMAS PROPOSTAS

A carreira docente precisa ser valorizada para que seja muito mais atrativa e que os melhores alunos egressos do Ensino Médio queiram ser professores da Educação Básica, como acontece nos países que estão no topo da Educação mundial.

É muito importante o papel da União no fomento, fortalecimento e acompanhamento das políticas voltadas para a melhoria da formação docente, como a definição de diretrizes curriculares dos cursos de pedagogia e licenciaturas (mais tempo para as disciplinas de didáticas específicas, metodologias e práticas de ensino); exigência de requisitos mínimos para o reconhecimento e funcionamento dos cursos; residência pedagógica, entre outros.

As agências de fomento, por sua vez, precisam incentivar a pesquisa sobre didática em sala de aula. Já os gestores da Educação, nas diferentes esferas de poder, têm a responsabilidade de estimular a presença dos professores na sala de aula e de desenvolver programas de formação continuada.

Junto a todos esses atores, há a sociedade, que precisa reconhecer o valor do professor e se mobilizar para que as melhorias na formação docente sejam efetivadas.



5

SESSÃO 5 CARREIRA DO PROFESSOR

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o objetivo desta sessão é discutir as medidas a serem adotadas para tornar a carreira do professor mais atraente. Plano de carreira, remuneração e condições de trabalho são alguns dos temas.

Quando	Quarta-feira (14), às 16h30
Abertura	Carlos Augusto Abicalil, secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) do MEC
Convidado	Carlos Artexes, professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ)
Moderador	Antônio Jacinto Matias, vice-presidente da Fundação Itaú Social e membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação

► DEBATEDORES CONVIDADOS

Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Educação (CNE), Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Carlos Chagas (FCC), Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, parlamentares, educadores, diretores de escolas, consultores em Educação, institutos de pesquisas e avaliações educacionais e organizações sociais privadas que investem em Educação.

► PRINCÍPIOS

O professor é o fator que, isoladamente, tem o maior impacto sobre o aprendizado dos estudantes. No entanto, o docente carece de prestígio social, apesar de sua enorme relevância política, econômica e pedagógica.

É preciso também definir uma carreira com salário atraente, com salário inicial atraente, boas condições de trabalho e estímulo à qualificação. E como base para a valorização profissional, é necessário um padrão mínimo de formação que assegure a aprendizagem de todos.

► DESAFIOS

Hoje, o professor não conta com prestígio e valorização na sociedade brasileira – e isso se reflete na baixa procura por essa profissão. Segundo a pesquisa “A atratividade da carreira docente no Brasil”, da Fundação Carlos Chagas (2009), apenas 2% dos jovens declararam ter intenção de seguir a carreira de professor.

Os salários são uma das principais razões para a baixa atratividade. Segundo o MEC, o magistério brasileiro tem remuneração 38% menor do que a dos outros profissionais de nível superior. Também pesa o fato de que o piso salarial do magistério, por vezes, não é respeitado.

As condições de trabalho do professor são, muitas vezes, desafiadoras. Violência em sala de aula, falta de orientações curriculares e de formação continuada, dificuldades para a fixação na mesma escola são problemas usualmente relatados por quem se dedica à docência. Na maior parte do País, o estágio probatório não acontece como deveria, e raramente o professor em início de carreira recebe o auxílio de tutores.

De acordo com informações do MEC, apenas 43% dos municípios têm plano de carreira para professores, fato que representa outro gargalo para a profissão. Também não há definição clara de quais devem ser os parâmetros – tempo de serviço, mérito, formação – para ascensão na trajetória profissional docente.

Por outro lado, reclamações sobre professores que faltam excessivamente ou utilizam mal o tempo de aula prejudicam a imagem do docente perante a sociedade.

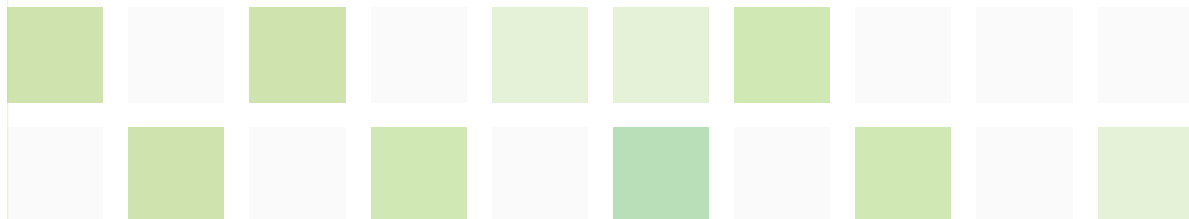
▶ ALGUMAS PROPOSTAS

São necessários mecanismos concretos para que os talentos sejam atraídos e permaneçam na profissão de professor. O aumento do piso salarial e uma carreira estimulante são dois caminhos para que isso aconteça. Outras áreas de governo, como a econômica e a de planejamento, precisam ser envolvidas na missão de valorizar a carreira docente.

Como contrapartida, maior deve ser a responsabilidade dos professores em relação à aprendizagem dos alunos. Assim, a progressão na carreira docente deve considerar não só o tempo de serviço, mas também os resultados de avaliações periódicas, o incremento no aprendizado dos alunos e a avaliação por pares.

Os interessados em exercer a docência precisam passar por concursos com nível elevado de exigência, com o pressuposto de uma formação inicial adequada à sala de aula. O estágio probatório deve, de fato, ser efetivado e aperfeiçoado. Também é interessante que existam professores tutores para os iniciantes, e que os docentes possam se fixar em uma escola, sem terem de lecionar em duas ou mais instituições a fim de complementar renda.

Os municípios, por sua vez, devem estar preparados para a formulação de planos de carreira, e uma condução possível é o desenvolvimento em consórcios.



6

SESSÃO 6

AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEU USO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Esta sessão, realizada em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), pretende discutir como os resultados das avaliações de larga escala podem ser traduzidos em intervenções pedagógicas voltadas para a garantia do aprendizado.

Quando	Quinta-feira (15), às 10h
Abertura	Malvina Tuttmann, presidente do Inep
Convidado Internacional	Marcelo Cabrol, chefe da unidade de Educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Moderadora	Maria Lucia Meirelles Reis, membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação

► DEBATEDORES CONVIDADOS

Ministério da Educação (MEC), Inep, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Educação (CNE), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fundação Cesgranrio, Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, parlamentares, educadores, consultores em Educação, institutos de pesquisas e avaliações educacionais e organizações sociais privadas que investem em Educação.

► PRINCÍPIOS

Nos últimos 15 anos, o Brasil avançou muito nas avaliações de aprendizado, na produção de indicadores de desempenho e no levantamento de fatores associados à Educação de qualidade. É notável também a evolução da abrangência das avaliações externas, que, atualmente, alcançam a maior parte das escolas brasileiras de Educação Básica.

O papel da avaliação é fornecer o diagnóstico com a finalidade de melhorar o ensino. Para que isso aconteça, é essencial que os resultados sejam traduzidos para os gestores de rede e de escolas e para os docentes, a fim de que ocorra a correção de rumos ou o aprofundamento de ações exitosas.

► DESAFIOS

Embora a cultura da avaliação tenha avançado no País, o significado diagnóstico de seus resultados ainda não chegou plenamente à sala de aula. Ainda existem dificuldades para a compreensão dos objetivos, das escalas e das interpretações.

Com frequência, há demora entre a realização da avaliação e a divulgação dos dados, o que é um obstáculo para a correção dos rumos.

Como não existem expectativas de aprendizagem nacionais, as avaliações não estão integradas a conteúdos curriculares para o País nem impactam como poderiam a formação inicial e continuada de professores e a formulação dos materiais didáticos.

► ALGUMAS PROPOSTAS

É urgente que as avaliações externas tenham impacto na sala de aula e, para isso, é preciso que sejam elaborados materiais de análise dos resultados para as escolas e redes. O conteúdo ajudará a pautar os currículos, a produção de materiais didáticos, a formação docente e, com isso, influenciará de maneira positiva o aprendizado.

Para que isso aconteça, é essencial que a interpretação dos resultados seja clara e simples, em linguagem que dialogue com pesquisadores, professores, gestores e famílias. O material também deve conter estratégias para apoiar as redes e as escolas na melhoria do ensino. É ainda necessário apoio financeiro e técnico para viabilizar as ações pedagógicas com o intuito de cobrir as lacunas do aprendizado dos estudantes.

É desejável o diálogo entre políticas públicas educacionais e, portanto, um dos passos é a definição de expectativas de aprendizagem. Outra sugestão é dar visibilidade a boas iniciativas nas escolas, para que elas possam inspirar práticas pedagógicas, sempre com respeito ao contexto das instituições de ensino.

7

SESSÃO 7

AMPLIAÇÃO DA JORNADA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

O objetivo desta sessão, realizada em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), é identificar propostas para a superação dos principais desafios das políticas de aumento da jornada escolar, levando em conta que a Educação tem dimensões cognitivas e sociais.

Quando	Quinta-feira (15), às 14h
Abertura	Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil
Convidado Internacional	Sergio Martinic, professor na Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Chile (a confirmar)
Moderador	José Paulo Soares Martins, diretor do Instituto Gerdau e membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação

► DEBATEDORES CONVIDADOS

Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Unesco, Conselho Nacional de Educação (CNE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, parlamentares, educadores, consultores em Educação, institutos de pesquisas e avaliações educacionais e organizações sociais privadas que investem em Educação.

► PRINCÍPIOS

Com o enorme desafio de garantir a aprendizagem de todos os alunos, reduzindo as desigualdades educacionais, uma das estratégias com maior potencial de impacto é a ampliação da jornada escolar.

Além de aumentar a exposição à aprendizagem, a ampliação do turno, na perspectiva da Educação Integral, possibilita outros tempos e espaços para aprender, podendo servir às necessidades específicas de desenvolvimento de cada aluno. Para tanto, o projeto político-pedagógico e a estrutura curricular da escola devem ser reformulados.

► DESAFIOS

Atualmente, os alunos brasileiros ficam pouco tempo na escola. Dados do Censo Escolar da Educação Básica 2010 mostram que mais de 700 mil estudantes do Ensino Fundamental da rede pública têm jornada escolar com tempo inferior a quatro horas, o que desrespeita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

Além disso, mesmo entre os que ficam na escola por quatro horas ou mais, o tempo efetivamente dedicado à aprendizagem é muito pequeno.

Um desafio para o aumento da jornada é que, por vezes, a estrutura da escola é ocupada em três turnos. Também há dificuldades com o transporte escolar e a ampliação do quadro de profissionais para a instituição de ensino – fatores que impactam o orçamento da Educação.

Uma das questões atuais, independentemente da duração da jornada escolar, é o mau uso da carga horária. Indisciplina, violência, falta de foco no aprendizado, currículo pouco claro e professores que não dominam conteúdos são outros pontos relatados com frequência.

► ALGUMAS PROPOSTAS

Primeiramente, é preciso garantir o cumprimento da legislação atual para garantir que as crianças e jovens tenham, no mínimo, as quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, como determina a LDB.

A ampliação da jornada escolar pode ser uma poderosa estratégia para garantir a aprendizagem, especialmente para a população de maior vulnerabilidade sócio-econômica. Portanto, este deveria ser o público prioritário do aumento do tempo para a aprendizagem, assim como as escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e as situadas nas periferias de grandes centros urbanos e nas áreas rurais.

A definição de expectativas de aprendizagem é uma medida que deve ter um impacto importante no melhor aproveitamento do tempo para o ensino-aprendizagem, pois dá mais clareza para o planejamento das atividades letivas e complementares, como artes, esportes e atividades de reforço.

8

SESSÃO 8

EQUIDADE E INCLUSÃO

Esta sessão, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pretende discutir as políticas públicas que têm tido mais êxito e as que ainda precisam ser desenvolvidas para garantir o pleno acesso de todos e cada um a uma Educação de qualidade.

Quando	Quinta-feira (15), às 16h30
Abertura	Marie-Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil, e Maria de Saete Silva, coordenadora do Programa de Educação do Unicef no Brasil
Moderadora	Beatriz Johannpeter, diretora do Instituto Gerdau e membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação

► DEBATEDORES CONVIDADOS

Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Conselho Nacional de Educação (CNE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Observatório das Favelas, Comissão Especial do Plano Nacional de Educação da Câmara dos Deputados, parlamentares, educadores, consultores em Educação, institutos de pesquisas e avaliações educacionais e organizações sociais privadas que investem em Educação.

▶ PRINCÍPIOS

Educação de qualidade com equidade é um dever do Estado e da sociedade com as crianças e jovens, pois se trata de um direito fundamental e uma necessidade para o exercício pleno da cidadania. A desigualdade educacional gera um ciclo vicioso, que pode ser revertido em ciclo virtuoso com Educação de qualidade para todos e cada um.

Apesar da Educação no Brasil estar melhorando, o ritmo está aquém das necessidades de inclusão econômica e social de milhões de brasileiros. O direito à Educação não se restringe apenas ao acesso à escola, mas trata também da permanência do aluno nas instituições de ensino, da qualidade da aprendizagem e da conclusão dos estudos na idade correta.

No trabalho pela equidade e pela inclusão, a diversidade é um valor central. A escola deve ser um local onde se materializam – e são respeitadas e valorizadas – as singularidades.

▶ DESAFIOS

Para garantir a equidade e a inclusão na Educação, é necessária a mudança de comportamento de uma sociedade que aceita e aprofunda desigualdades.

Outro obstáculo é a falta de informações mais detalhadas sobre a situação escolar de cada criança, e a possibilidade de cruzamento destes dados com informações de outras áreas como saúde ou assistência social.

É preciso também ter clareza sobre a população e o território, seja ele um bairro, uma comunidade indígena ou um quilombo. Em todos os casos, o local deve ser o ponto de partida para o diagnóstico e para a ação voltada para a garantia da equidade.

As múltiplas dimensões das desigualdades – originadas pelas condições pessoais, sociais, econômicas ou educacionais – apontam para a necessidade de políticas intersetoriais para a plena garantia da equidade na Educação, enfrentando o problema da exclusão nas escolas, nas salas de aula e nas redes.

▶ ALGUMAS PROPOSTAS

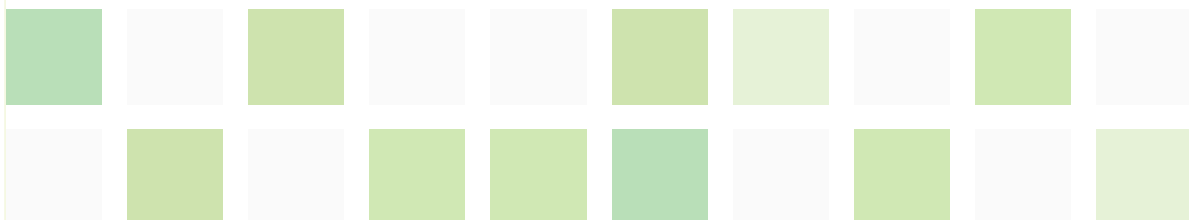
Cada município, bairro ou escola possui sua realidade. Políticas públicas devem observá-la de maneira diferenciada, respeitando e valorizando a diversidade, com reconhecimento do protagonismo dos sujeitos e direcionamento mais adequado.

Visto que conhecer o território é um componente importante para o entendimento das desigualdades, ele deve ser o ponto inicial para diagnósticos e ações. Redes locais precisam ser montadas e fortalecidas para auxiliar no trabalho a partir da base, de forma que as ações sejam adequadas às necessidades da população e sustentáveis no longo prazo.

São necessárias a coleta e a análise de dados que contemplem as várias dimensões relativas à desigualdade social, permitindo a identificação de políticas para recortes específicos da população. As informações do Censo 2010 devem ser aproveitados ao máximo.

Apoiar a elaboração dos planos municipais e estaduais de Educação, para que sejam adequados às realidades e necessidades locais e específicas, é outra medida desejável. Além disso, a promoção da intersectorialidade deve ser priorizada, pois a desigualdade educacional tem íntima relação com outras políticas públicas.

Finalmente, é necessário um amplo esforço nacional, envolvendo os meios de comunicação, para a mudança cultural que acolha e valorize a diversidade.



E

SESSÃO ESPECIAL

MOVIMENTOS PELA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Quando	Sexta-feira (16), às 9h
Abertura	Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Governança do Todos Pela Educação
Convidado Internacional	Marcelo Cabrol, chefe da unidade de Educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

▶ PARTICIPANTES

Proyecto EducAR 2050 (Argentina), Fundación Educación 2020 (Chile), Fundación Empresarios por la Educación (Colômbia), Grupo Faro (Equador), Empresarios por la Educación de la Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo (El Salvador), Empresarios por la Educación (Guatemala), Fundación para la Educación Ricardo Ernesto Maduro Andreu (Honduras), Mexicanos Primero (México), Eduquemos (Nicarágua), Unidos por la Educación (Panamá), Asociación Empresarios por la Educación (Peru), Educa (República Dominicana).

▶ OBJETIVOS

Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que, nos últimos 20 anos, a América Latina e o Caribe fizeram progressos significativos na Educação e que hoje a maioria de suas crianças e jovens está na escola. O desafio educacional da região, portanto, é elevar a qualidade da aprendizagem.

A formação inicial do professor, muitas vezes, deixa a desejar, há falta de planos de carreira para o docente, precariedade na infraestrutura das escolas, currículos pouco adequados às novas demandas sociais. E estes são apenas alguns dos desafios a serem enfrentados pelos gestores, profissionais e pela sociedade civil da região.

Com o fortalecimento da democracia nos países da América Latina, cresceu o número de organizações que se formam para exigir de cada Estado uma Educação de qualidade para todos. Organizada pelo Todos Pela Educação e pelo BID, esta sessão pretende reunir alguns dos movimentos da região para a troca de experiências e para o lançamento de uma rede de ação e cooperação latino-americana para a Educação.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: THALES AMBROSINI
COORDENAÇÃO EDITORIAL: SIMONE BEGA HARNIK
TEXTO: EQUIPE DO TODOS PELA EDUCAÇÃO





Patrocinadores



Apoio

